

## Negociações 2006

# FESAP considera “inadmissível e inaceitável” a proposta do Governo

A FESAP reuniu hoje com o Governo a fim de ser informada sobre a proposta governamental para os aumentos salariais e das pensões para o ano de 2006.

Face ao exposto o Governo apresentou a seguinte “proposta”:

**- Salários e pensões:**

- aumento de 1,5% nos salários;
- aumento de 2,5% nas pensões até mil euros;
- aumento de 1,5% nas pensões entre os mil e os três mil e quinhentos euros;
- congelar as pensões superiores a três mil e quinhentos euros.
- O **subsídio de refeição** terá um aumento de 2,3%, que se traduz num aumento de nove cêntimos diários.
- As **ajudas de custo e subsídio de transporte** terá um aumento de 1,5%.

Tendo em atenção a “proposta” apresentada, a FESAP mostrou a sua indignação e referiu a sua total discordância com estes valores, por eles não reporem a perda real dos salários dos Trabalhadores da Administração Pública que desde 1998 até hoje é de 7,9%, assim como não fazerem face à **inflação esperada para 2006 na ordem dos 2,5%**.

Nobre dos Santos, coordenador do secretariado da FESAP, sublinhou que esta proposta também não respeita a posição assumida pelo Sr. Primeiro-ministro na Assembleia da República, segundo a qual os Trabalhadores da Administração Pública não iriam perder poder de compra.

**A FESAP mostrou também a sua surpresa e considerou mesmo “inaceitável” a posição do Governo ao ter dado como encerradas as negociações relativas ao capítulo dos salários e pensões**, que para Nobre dos Santos vem “mais uma vez demonstrar a atitude de constante afronta e de guerra aberta contra os Trabalhadores da Administração Pública por parte do Governo.”

Face à atitude intransigente do Governo em negociar estas propostas, a FESAP considera que se está perante **uma posição inaceitável de clara imposição e que põe em causa o princípio da negociação**, além disso, Nobre dos Santos considera que os sindicatos terão de analisar, em reunião a convocar para o efeito, a postura negocial do Governo, assim como, o princípio de “boa fé negocial” que é imprescindível para o desenvolvimento do processo negocial no sector.

Temos também de chamar a atenção para esta atitude anti-negocial do Governo que pode prejudicar o bom rumo das negociações em “outros locais”.

***Por último, o coordenador do secretariado da FESAP considerou, a título pessoal, que “estão a ser criadas certamente condições para uma futura greve geral do sector”.***

Lisboa, 28 de Dezembro 2005

O Coordenador do secretariado da FESAP